

# PORTUGAL: UMA VEZ MAIS A ESPERANÇA

**E**STE acto de investidura de um Presidente da República que apenas deve este cargo ao sufrágio dos seus concidadãos, culmina um longo e penoso caminho de resistência do povo português à opressão e é um marco decisivo na institucionalização da democracia." (...) Inicia-se "um novo período da vida da nossa Pátria, legitimamente constituídos os diversos órgãos de soberania que caracterizam um estado de direito".

Estas afirmações do general Ramalho Eanes, ao discursar no acto de posse do cargo de Presidente da República, são bem significativas do espírito com que o novo Chefe do Estado pretende levar a cabo a sua tarefa, tão delicada quanto é certo ser impossível dissociá-la das consequências do fascismo, por um lado, e da exigência de defesa da democracia — sempre em perigo devido, também, ao meio século de ditadura e aos "hábitos" que gerou entre os ainda detentores de uma fatia significativa da economia nacional — por outro. É este, realmente, o cenário onde tem de se movimentar um Presidente que há uma semana terá, porventura, perdido muitos dos seus adeptos, enquanto, em sectores diferentes, angariava a simpatia — ou pelo menos a expectativa — de outros. Um cenário de conflitos entre o passado e o futuro socialista que Eanes também reivindicou, afinal o espelho de uma luta permanente de que o novo Presidente da República nunca falou de uma maneira directa e entendível na perfeição — a luta de classes.

Estas afirmações de Ramalho Eanes são, igualmente, uma definição e uma condenação — a definição do quadro democrático em que pretende desenvolver a sua actividade, e a condenação de um regime amplamente rejeitado pelo povo português e contra cujo regresso o Presidente da República terá de se munir com as armas mais eficazes: a defesa da democracia do modo como está projectada na Constituição Política da República Portuguesa.

Por isso o novo Governo; por isso a necessidade desse novo Governo garantir as liberdades para o povo o que apenas será possível com medidas políticas, económicas e sociais praticadas em seu benefício; por isso a expectativa de um povo a quem compete, em todos os momentos, tomar a palavra e decidir através dos seus legítimos representantes, e não só na Assembleia da República conforme prevê, também, a Constituição.

E será isto possível? Eanes afirmou "a democracia é possível e sendo possível, é viável". A esperança não é apenas sua. É de milhares de trabalhadores espoliados dos seus mais legítimos direitos no campo da habitação, do ensino, da saúde, de milhares de trabalhadores desempregados e/ou emigrados



muitos dos quais deram o seu voto a Ramalho Eanes e que vêem os grandes capitalistas serem indemnizados com o dinheiro que "não há" e as promessas que são feitas de "justiça" a todos quantos, depois dos crimes cometidos, pretendam regressar à Pátria.

Eanes, também por via do voto de confiança recebido, terá direito à esperança. Possível e viável como a democracia. Contudo, o que é que aguarda efectivamente o Presidente da República? Que significado têm os apoios que aceitou quando deu início à corrida de que saiu vitorioso a 27 de Junho? Quem vai tentar boicotar, de facto, o sinal progressista que Ramalho Eanes, aqui e ali, "prometeu" imprimir à sua actividade como supremo magistrado da Nação? E porquê?

Mais do que o próprio Ramalho Eanes, o primeiro Governo definitivo poderá responder às perguntas caso esteja interessado em que as respostas se tornem do domínio público. Em qualquer caso certo é que será sempre o Governo o primeiro — e ver-se-á se o principal — alvo, e que o Chefe do Estado surgirá em cena "obrigado" pelo ricochete inevitável. E é por isso, também, que merecerá a pena meditar sobre aquilo que disse Eanes, sobre os movimentos que já se "desenham" nesta fase de relaxamento, sobre as suas consequências, e, especialmente, sobre a viabilidade da democracia portuguesa num quadro como é neste momento o quadro nacional.



Ramalho Eanes — um presidente que chega: Costa Gomes — um presidente que sai, num abraço. EM BAIXO — Os deputados do PS aplaudem vibrantemente uma passagem do discurso de Eanes. Uma constante do acto da investidura.



Mário Soares foi, entretanto, convidado a formar Governo. Eanes, nos termos da Constituição, ouviu sobre esta matéria e antes do convite formal e oficial, o Conselho da Revolução e os partidos políticos representados na Assembleia da República. No fundo, e não

obstante as consultas, já era conhecida a decisão do Presidente da República: convidar oficialmente o secretário-geral do PS para primeiro-ministro.

As consultas de Ramalho Eanes constituíram, deste modo, a primeira comprovação da-

quilo que o novo Presidente da República considera como essencial — o cumprimento da Constituição. Só os termos em que está consagrada a formação do Governo justificam as consultas feitas recentemente. Por outro lado, o Chefe do Estado não terá deixado de colher algumas preciosas indicações sobre o modo como as formações políticas mais representativas encaram a sua decisão, ela própria constitucional.

Importa, pois, fazer um balanço dos encontros de Eanes com a UDP, PCP, CDS e PPD para entender as respostas que, sumariamente, podem ser encontradas em relação às perguntas que atrás formulámos. Esse balanço, o balanço possível, de resto, fica garantido pelas declarações prestadas no final dos encontros pelos diferentes representantes dos diversos partidos.

Assim, para a UDP o convite dirigido a Mário Soares corresponde ao que está determinado na Constituição e, dessa óptica, a decisão era inevitável. O que não significa, por outro lado, que a UDP apoie Governo a formar pelo PS. Efectivamente, nas suas declarações aos órgãos da Informação, feitas logo após o recente encontro com o Presidente da República, Acácio Barreiros foi extremamente claro: a UDP apoiará o Governo se este tomar as medidas populares que o povo exige; caso contrário...

Álvaro Cunhal, por seu turno, foi talvez mais determinante e mais determinado — em princípio nenhum apoio será concedido pelo PCP ao Governo PS o que, de alguma maneira,

deixa perceber que o PCP estará longe de acreditar que os socialistas, enquanto Governo, ponham em execução os mecanismos através dos quais seja conquistada a "popularidade" das medidas exigidas pela actual situação no nosso país, sobretudo no campo da economia.

Quanto ao CDS, Amaro da Costa terá recuado um tanto em relação às posições assumidas anteriormente pelo seu partido: o CDS dará ao novo Governo formado pelo PS um "apoio crítico". Adiante tentaremos antever o que será, ou aquilo que poderá ser, este tipo de apoio...

A antevisto daquilo que (não) será esse apoio é, sobretudo, importante, porque o PPD, ultrapasando o seu parceiro do leque político nacional, pela direita, está bem longe de o deixar, sequer, adivinhar. Para Sá Carneiro, com efeito, um Governo do PS não oferece quaisquer garantias para a consolidação da democracia portuguesa, para a estabilização política-social e, portanto, para o tão falado relançamento da economia.

Finalmente, Mário Soares, que está no pleníssimo direito de formar Governo como muito bem entender, sujeitando-se, natural e democraticamente, às consequências que a sua decisão possa acarretar, iniciou na segunda-feira os prometidos contactos com os outros partidos políticos e com o Movimento Sindical. O secretário-geral do PS não parece nada preocupado com as declarações feitas pelos representantes das diversas organizações partidárias depois do encontro que mantiveram com o general Eanes. Prometida a "independência" partidária na formação do Governo, ela será intransigentemente cumprida. Com que resultados?

Uma pergunta, outra, que se relaciona, de forma bastante directa, com aquelas que formulámos anteriormente. Generalizado o debate sobre o Governo há, de facto, uma esperança que renasce em todos os quadrantes políticos portugueses e até mesmo estrangeiros. Para alguns, poucos, sectores, essa esperança baseia-se na consolidação da "dupla dirigente" Soares-Eanes. Para todos os outros na eventualidade dela não frutificar enquanto dupla e enquanto dirigente. O que implicará uma outra questão: Eanes é ou não uma garantia para a prossecução desses desejos?

## CONTESTAÇÃO À DIREITA...

Sim e não. Sim, porque a defesa intransigente da Constituição, que jurou, abre portas e muito risonhas perspectivas para a possibilidade de ser desencadeado, com algum êxito, um golpe constitucional que Eanes será, portanto, obrigado a apoiar. Não, pela mesma razão — a da defesa e cumprimento da Constituição.

De facto, a manutenção de Ramalho Eanes na cúpula do Poder político-militar passa pela resolução desta gritante ambiguidade. E nela, na ambiguidade, jogará certamente a direita.

Em todo o caso, a direita através do CDS que, lembremos, se reivindicava do centro — parece ter recuado um tanto nas suas posições se nos reportarmos aos desejos — e ameaças — publicamente manifestados por Freitas do Amaral aquando da campanha eleitoral para a Presidência da República. Com efeito, a "promessa" de que Eanes, em breve, empossaria Governos com a participação do CDS, parece começar a ficar no olvido, mesmo a esbater-se em definitivo (significará isto alguma intenção mais "oculta"?), conquanto Amaro da Costa, na semana passada, tenha reafirmado a preferência do seu partido por uma coligação CDS/PPD.

Este último, no entanto, endureceu as suas posições, e dos desejos de coligação com o PS passou a uma hostilidade, em relação ao novo Gabinete, quase total. Um e outro partido, pela direita, jogarão na "área" económica prioritariamente.

Defensores da recuperação capitalista, embora utilizando em muitos casos e diferentes circunstâncias uma linguagem que se pode considerar de esquerda, referenciada por termos como "independência nacional" e "classes mais desfavorecidas", CDS e PPD têm os bons amigos externos que os trabalhadores bem conhecem. Casos como o da Timex, da Lilly, da Grundig por um lado, da Manuel Gonçalves e da Coronado por outro, são bem

o exemplo do jogo que será feito pela direita com o objectivo de travar o "relançamento da economia". (apesar das afirmações em contrário) ou de a levar a cabo à custa dos trabalhadores. De qualquer maneira a atitude prática das duas formações visará a promoção da queda de três sucessivos Governos o que implicaria, constitucionalmente, a realização de novas eleições legislativas com os perigos resultantes do "uso" e do "gasto" do PS no Governo. Perigos para o PS, bem entendido.

## ...E A ESQUERDA

A esquerda, tal como a direita, jogará no cumprimento da Constituição. Porém, enquanto esta jogará o seu jogo com o pensamento posto nos mecanismos legais da democracia que a Constituição consagra, aquela preferirá, obviamente, fundamentar a sua prática na defesa dos direitos dos trabalhadores que um Executivo reaccionário necessariamente porá em causa embora argumentando sempre com o "interesse nacional".

É evidente, portanto, que o PCP, com o peso do seu aparelho bem oleado, e a UDP graças ao constante aumento de implantação junto dos trabalhadores, já para não considerar outras formações de maior ou menor importância consoante as circunstâncias e a "geografia", não aceitarão, de modo algum, que a recuperação económica se faça à custa do desemprego, do aumento do custo de vida, de um programa de austeridade pelo menos duvidoso e, em contrapartida, em benefício de



À saída do Palácio de São Bento, o Presidente da República recebe honras militares.



Investido no cargo de Presidente da República, Ramalho Eanes passou a ser um dos garantes da defesa da Constituição Portuguesa.

alguns dos grandes senhores do capital a quem muitas indemnizações já foram prometidas.

Presente-se, portanto, que em qualquer dos casos é bastante "delicada" a posição do Governo PS a quem, como já vimos, competirá, em última instância, fazer uma barreira com vista a defender Eanes de uma possível ofensiva direitista.

## A "DELICADEZA" DE UM GOVERNO PS

Logo após as eleições para a Presidência da República escrevemos nestas colunas que a viabilidade de um Governo PS dependeria da prática que levasse a cabo. Exige-se que ela seja democrática e, portanto, de esquerda.

Apesar dos contactos agora estabelecidos por Mário Soares, os primeiros tempos de Governo PS — agora que o caminho até está mais "aplainado" pelo VI Provisório — servirão para sentir o grau de "delicadeza" do terreno em que se move. É certo, porém, que, em consequência da experimentação que levará a cabo, o PS terá inevitavelmente de procurar apoios para não cair. O parlamentarismo de que os seus dirigentes se mostram intransigentes defensores tem destas coisas...

A "delicadeza" do terreno em que se moverá o primeiro Governo definitivo é, por outro lado, a "delicadeza" dele próprio. Reside ela, justamente, neste ponto: sozinho não fará; em alianças na Assembleia da República praticará a política que desejar. Mário Soares fala, quase constantemente, da rejeição das bases socialistas a qualquer aliança à esquerda. Tem, porém, uma outra e diferente com a direita, do ponto em que pode conduzir a uma

polarização da esquerda em torno do PCP e, como consequência, ao progressivo "esboçar" do PS o que seria "dramático para a esquerda portuguesa".

Sem manifestar o desejo de hostilizar os objectivos proclamados pela direita, o Partido Socialista no Governo terá, no entanto, de entender a dialéctica política actual, a situação em que se encontra, nesta fase, a luta de classes — que não pode escamotear — e o significado real da implantação eleitoral do PCP por um lado e do aparecimento e reforço dos GDUP's por outro. As eleições para a Presidência da República não significaram so-

lista, como disse Eanes. Eanes não disse, porém, que isso não pode acontecer sob pena de não haver nem democracia nem sociedade socialista. Ficou implícito? E ficou implícito para quem?

O povo não pode, portanto, servir de pretexto para todos os usos e abusos. A implantação eleitoral dos partidos é uma coisa, a Revolução outra, muito diferente, como se prova amplamente nas zonas mais "recuadas" da nossa sociedade, onde uma prática revolucionária dos trabalhadores corresponde, quando se trata de escrever uma cruz, a um voto direitista. Este facto tem um significado muito



Manuela Ramalho Eanes e o filho: olhares atentos entre a assistência.

mente uma vitória de Eanes...

Entender isto e pôr em prática esse entendimento é meio caminho andado para a viabilidade do Governo PS, para a manutenção da sua política e, por conseguinte, para a sua aceitação pelos trabalhadores. Muitos sectores pensam que isso, o entendimento e a sua forma prática, é impossível. Justificam a sua posição no passado recente e nas ligações que o PS mantém, sobretudo no exterior. No entanto, e até por isso, ainda subsiste uma secreta esperança...

## FIGURA DE RETÓRICA

Neste quadro, o povo não poderá continuar a ser uma figura de retórica utilizada por quem entende e quando entende. O povo são os trabalhadores, são as classes mais desfavorecidas, à custa dos quais não pode ser feito o relançamento da economia e a consolidação da democracia a caminho da sociedade socia-

claro que o Governo não pode deixar passar em claro.

O povo espera alguma coisa deste Governo. Até mesmo sacrifícios. Está disposto a fazê-los mas terá de participar na formulação de tudo quanto estiver na sua origem. Cercar este direito com o argumento dos "poderes paralelos" será, certamente, uma machadada muito dura naquilo que se espera da nova "dupla", na esperança que nasce ou se renova, até pelas promessas que não deixaram de, em tempo, ser feitas para recolher a importante cruz que muitos, ainda assim, se recusaram a colocar no papel decisivo.

Em suma: desde que Eanes e o PS ponham em prática uma política que beneficie os trabalhadores, muito dificilmente o Presidente da República será alvo de qualquer ofensiva que não seja a da direita. Aguardemos para saber se teremos razões para nos preparar para ela. Até nem seria mau sinal... É que a esperança de agora faria sentido amanhã.